

A UE cedeu às exigências da Itália ficando a um passo de finalizar o acordo com o Mercosul

A Comissão Europeia (CE) propôs estabelecer medidas econômicas favoráveis à Itália para baratear os custos da agroindústria e reverter o voto do país.

Com o objetivo de finalizar o acordo comercial entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, a CE propôs à Itália, um dos países que mais resistem ao pacto, medidas econômicas favoráveis que reduzam os custos da agroindústria para que possa dar um voto favorável ao acordo.

Originalmente, o tratado seria assinado no dia 20 de dezembro, em Brasília, mas foi postergado diante da oposição de países como Itália, França e Polônia, temendo que o acordo poderia afetar suas atividades agropecuárias.

Nesta quarta-feira, foi realizada uma reunião extraordinária com os ministros de Agricultura dos países membros da UE com a proposta de reduzir os preços de fertilizantes e defensivos agrícolas através da suspensão temporária das tarifas de importação desses produtos.

A essa proposta se somaram outros benefícios que haviam sido apresentados na terça-feira, como a liberação antecipada de recursos previstos do orçamento de 2028-2034 da Política Agrícola Comum (PAC) e a proteção para o mercado interno que não afetem os produtores quando as mercadorias procedentes da América do Sul entrarem no continente europeu.

Antes disso, o ministro da agricultura da Itália, Francesco Lollobrigida, que por sua vez é primo da primeira ministra Giorgia Meloni, solicitou à CE medidas que reduzissem o custo de importação de fertilizantes através da suspensão das tarifas de importação.

Assim, a assinatura do tratado de livre comércio entre o Mercosul e a UE poderá ocorrer

Agora, depois que Bruxelas concordou com o pedido da Itália o acordo com o Mercosul poderá vir a ser assinado, estabelecendo a maior zona de livre comércio do mundo.

Na sexta-feira a CE voltará a votar o documento para determinar se efetivamente levará adianta o tratado de livre comércio com o Mercosul. Para que seja aprovado, é necessário o apoio de pelo menos 55% dos Estados membros que representem no mínimo 65% da população. Além disso, é necessário impedir a formação de uma minoria que represente 35% da população da UE. Por isso, em ambas as situações, a Itália é fundamental.

O acordo poderá acontecer mesmo com a oposição histórica da França, Hungria e Polônia. Se a Itália se somar a esse grupo, o acordo não poderá prosperar. Por isso, a CE concordou com as demandas de Roma, permitindo que a Primeira Ministra, Giorgia Meloni, possa manter sua base eleitoral vinculada ao campo.

O que prevê o acordo entre o Mercosul e a UE

Discutido por quase 25 anos, o tratado estabelece redução gradual de tarifas alfandegárias, e a criação de uma zona de livre comércio entre ambos os blocos e a aplicação de regras de origem destinadas a assegurar que os benefícios fiquem dentro do Mercosul e da UE. O texto também incorpora compromissos em matéria de serviços, propriedade intelectual, compras públicas, comércio sustentável, empresas estatais e mecanismos de solução de controvérsias, um ponto central para oferecer previsibilidade de longo prazo.

O Brasil destaca a dimensão econômica do tratado. Segundo explicou Lula, ao abranger 722 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) combinado de US\$ 22 trilhões, será o “maior acordo comercial do mundo”.

Dados do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais dos Estados Unidos da América indicam que o comércio atual entre a UE e o Mercosul está em torno de € 88 bilhões anualmente em bens e outros € 34 bilhões em serviços. Consolidada uma área de

livre comércio entre os dois blocos, esse comércio poderá representar quase 20% do PIB mundial.

Em termos concretos, o acordo prevê a eliminação de tarifas alfandegárias em torno de 90% do comércio bilateral, com prazos de desgravação mais extensos do que os concedidos em tratados anteriores da UE. Para o Mercosul, abriria novas oportunidades de exportações agroindustriais, energéticas e mineração. Para a Europa, no entanto, implicaria assegurar o acesso a alimentos, energia e minerais críticos, além de facilitar o ingresso de sua produção industrial ao mercado sul-americano e reforçar seu posicionamento frente aos Estados Unidos da América e China.

Estimativas europeias calculam que o bloco poderia somar cerca de US\$ 10 bilhões adicionais por ano em exportações para o Mercosul, enquanto que as vendas no sentido contrário cresceriam em torno de US\$ 60 bilhões.

Uma vez assinado, o acordo deverá atravessar os processos de ratificação institucional em ambos os lados do Atlântico. Cada país do Mercosul e os Estados membros da UE deverão aprova-lo segundo seus mecanismos internos, um trâmite que poderá estender-se durante meses ou até anos, dependendo dos procedimentos parlamentares.

O acordo Mercosul-UE ganhou novos opositores: Hungria e Irlanda adiantaram que votarão contra

O cenário voltou a complicar-se: Hungria e Irlanda surgiram como novos focos de resistência e já anteciparam que votarão contra.

A recusa de Budapeste foi explícita: “A CE está pressionando para adotar e aplicar um acordo que abriria a Europa para as importações ilimitadas de produtos agrícolas sul-americanos, à custa do sustento dos agricultores húngaros”, afirmou o ministro das relações exteriores, Péter Szijjártó.

Na mesma linha, o vice primeiro ministro irlandês, Simon Harris, ratificou a postura de seu país: “A posição do governo (da Irlanda)

sobre o Mercosul sempre foi clara: não apoiamos o acordo na forma como foi apresentado”.

Com estas definições, Hungria e Irlanda se somam à França e Polônia como os principais obstáculos internos para avançar com a associação comercial. No caso húngaro, o questionamento aponta diretamente para Bruxelas. Szijjártó voltou a denunciar que as autoridades comunitárias “ignoram uma vez mais” os interesses dos produtores agropecuários, um dos setores mais críticos do acordo.

“Bruxelas já deu inúmeros sinais de que somente lhe interessa Ucrânia e que não se preocupa com os problemas dos europeus”, acrescentou o chanceler, alinhado com uma postura que não surpreende Budapeste. O próprio primeiro ministro, Viktor Orbán, já advertiu em ocasiões anteriores que firmar o acordo com o Mercosul seria “um tiro no pé” para os agricultores do continente.

A Irlanda, no entanto, confirmou que manterá seu voto negativo, cuja assinatura estava prevista para a próxima segunda-feira. A decisão reforça a sensação de impasse dentro do bloco.

As dificuldades internas foram reconhecidas inclusive pela própria CE. O Comissário Europeu da Agricultura e Alimentação, Christophe Hansen, admitiu que os vinte e sete Estados membros ainda não obtiveram um consenso sobre as salvaguardas necessárias para proteger os produtores agrícolas europeus.

[Acesse aqui a matéria na íntegra](#)

Fonte: âmbito – Tradução livre: www.terraviva.com.br